



**PREFEITURA DE
HORIZONTE**
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.04.1

1 - ABERTURA:

Por ordem do Ilmo. Senhor **Ricardo Dantas Sampaio**, Ordenador de Despesas da **Secretaria De Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária E Recursos Hídricos**, foi instaurado o presente processo de Dispensa de Licitação objetivando a **Contratação de empresa para execução de pavimentação em piso intertravado da av. Presidente Castelo Branco, no município de Horizonte/CE, conforme projeto de engenharia**, Conforme Projeto de Engenharia, constante no edital do **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2023.07.03.1**, Remanescentes do Contrato nº 2023.10.11.1.

O Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos solicita a contratação de empresa remanescente para **Contratação de empresa para execução de pavimentação em piso intertravado da av. Presidente Castelo Branco, no município de Horizonte/CE, conforme projeto de engenharia**, Conforme Projeto de Engenharia, constante no edital do **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2023.07.03.1**, Remanescentes do Contrato nº 2023.10.11.1, com vigência contratual por 12 (doze) meses, no valor de **R\$ 414.465,58 (quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)**, mediante contratação direta, com fulcro no artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2- DA JUSTIFICATIVA:

Para a realização do presente procedimento, a secretaria ordenadora carrou aos autos ampla documentação instrutória.

De proêmio, cumpre salientar que a contratação em apreço foi objeto do Contrato nº 2023.10.11.1 resultante do Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2023.07.03.1**. Ocorre que tal contratação encontrou seu termo final, sendo rescindido conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, tendo em vista as irregularidades praticadas e o não cumprimento das obrigações contratuais por parte da Empresa **NASCENTE CONSTRUÇÕES LTDA**, em sede de não atendimento às exigências contratuais, não tendo executado o referido contrato, conforme exposto no Termo de Rescisão Unilateral do Contrato constante dos autos, objetivamente quanto à suspensão irregular da execução do contrato em questão, ocasionando prejuízos a esta municipalidade em virtude do extenso lapso temporal o qual restou impossibilitado de atender as demandas desta Secretaria.

Neste ímpeto, elucidamos que a licitação, como regra, esgota-se com a adjudicação, que constitui a proclamação do vencedor do certame seletivo. Entretanto, é facultado à Administração, em dois casos, a contratação do segundo colocado, ou dos classificados remanescentes de um processo licitatório:

- 1) o licitante vencedor não efetiva a assinatura do instrumento contratual ou não procede a efetiva formalização do pacto obrigacional;
- 2) o licitante subscreve o Instrumento Contratual ou formaliza o pacto obrigacional, o qual, durante a sua execução, é rescindido.

In casu, se está diante da segunda hipótese.





Com o intuito de atender a demanda existe da Secretaria em sua execução de pavimentação em piso intertravado da Av. Presidente Castelo Branco de sua responsabilidade, a Pasta Ordenadora determinou a convocação dos licitantes remanescentes a qual resultou na classificação da empresa SERRA EVOLUTE LOCAÇÃO E LIMPEZA LTDA, vislumbrando a instauração de Dispensa de Remanescente, com esteio no artigo 24, inciso XI da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Destarte, compete arrolar a presente peça posicionamento jurisprudencial exarado pela Egrégia Corte de Contas da União, que alicerça e corrobora as medidas adotadas por esta Administração:

“... a dispensabilidade de licitação prevista no artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93 – que pressupõe a convocação do concorrente classificado imediatamente após o licitante vencedor cujo contrato foi rescindido – incide tão-somente na espécie rescisão, do gênero extinção, não se aplicando, portanto, às extintas por atingimento do prazo de duração.”
TCU. Processo nº 014.315/93-9. Decisão nº 531/1993 – Plenário.

Ademais, faz-se imperioso consignar os ensinamentos do ilustre Doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que condensa a doutrina jurídica pertinente:

“É importante notar que o licitante remanescente não está obrigado a aceitar o contrato: a proposta que formulou só o obrigava no curso do prazo de 60 dias, estabelecido no artigo 64, §3º, ou em menor prazo, até a proclamação do vencedor da licitação. Efetivamente, o prazo referido nesse dispositivo é para o licitante assinar o contrato, vinculando só o licitante vencedor da licitação ao qual foi adjudicado o objeto”.

“A partir da proclamação do licitante vencedor, aqui entendida como homologação da licitação, todos os demais licitantes estão liberados do compromisso oriundo da apresentação da proposta, mesmo que em curso o prazo de validade. Se a Administração convocá-los, terão a faculdade de aceitar ou não o contrato, até porque, se o fizerem será com base nas condições oferecidas pelo primeiro signatário do ajuste, com abatimento da parcela realizada”.

3 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

“Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Bem se percebe que, como regra, impõe-se a obrigatoriedade de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações no âmbito da Administração Pública. Contudo, a norma constitucional ressaltou algumas situações em que a Administração estará desobrigada da realização do procedimento licitatório, situando-se aí a dispensa de licitação por remanescente, com previsão no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada, *ipsis literis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

U



(...)

“XI – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.”

O art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93 e o art. 64, § 2º do mesmo diploma legal, tratam das hipóteses de dispensa de licitação na contratação de remanescente.

Na hipótese do art. 24, inc. XI é dispensada a licitação “na contratação de **remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual**, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido”.

Já o art. 64, §2º dispõe que “É facultado à Administração, quando o convocado **não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar** o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei”.

Como se vê, o dispositivo legal acima, dispõe expressamente que é facultado a Administração convocar os **licitantes remanescentes**, quando o convocado **não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar**.

A partir de uma interpretação teleológica que busca observar a finalidade dos referidos dispositivos, conclui-se pela possibilidade de contratação nos moldes aqui efetivados, contornando-se os malefícios da rescisão contratual, permitindo a convocação e eventual contratação do próximo classificado, evitando, assim, a paralisação do fornecimento.

4 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre a empresa **SERRA EVOLUTE LOCAÇÃO E LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.033.638/0001-12**, sediada na Rua Aristides Barreto, 327, Altos, Sala 003, Bairro: Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, por ter apresentado a segunda melhor proposta de preços no CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2023.07.03.1, comprovando que a contratação será efetivada nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Vê-se, pois, que a administração contratará a empresa que ofereceu a segunda melhor proposta, observada através do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 2023.07.03.1, com habilitação jurídica compatível com o objeto da contratação e regularidade fiscal e trabalhista, e ainda qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme os ditames da Lei nº 8.666/93 e o respectivo edital, estando a referida documentação acostada no processo licitatório em epígrafe.

5 – DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO:



PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração, razão pela qual a justificativa do preço é requisito indispensável à formalização de processos desta natureza, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

A compatibilidade dos preços já foi aferida na CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 2023.07.03.1, tendo em vista que os valores praticados são os mesmos daqueles ofertados pelo licitante primeiro classificado no referido certame.

6 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO:

O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57, da Lei 8.666/93, contados da ordem de serviços, iniciando no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviços, nos locais determinados pela SECRETARIA GESTORA, conforme cronograma físico financeiro.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal da Secretaria de Esporte e Lazer, na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	PROJETO DE ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS
17 01	15 451 0035	1.052	1500000000 / 1754000000	4.4.90.51.00

Horizonte, 04 de julho de 2024.

Rosilândia Ribeiro da Silva
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

